

Crise e valor

Notas avulsas sobre a crise da economia política e as funções da teoria do valor

Carlos Pimenta

«Os homens pensam que são livres pela única razão de que são conscientes dos seus actos e ignorantes das causas que os determinam» [Espinosa, in (04,11-125)]

Influência das crises sobre os valores da conduta humana, crise de valores, valor das crises na dinâmica social, explicação das crises pela teoria (económica) do valor, crise da teoria (económica) do valor, crise científica e juízos de valor, crise da Economia Política e importância da teoria do valor? Que crise e que valor?

Estes são alguns desenvolvimentos possíveis do título, propositadamente genérico. Aquelas são algumas perguntas prévias a qualquer explicitação sistemática do tema.

Todas as linhas de pesquisa anteriormente referidas, e muitas outras que não constam desta breve resenha, são viáveis, interessantes, preocupantes. Todas elas teriam laços de relacionamento real e conceptual com o tema específico que abordaremos neste artigo, dar-lhe-iam contributos. Mais do que uma resposta completa e definitiva (nada o é!) procuraremos lançar temas de reflexão.

Precisemos o objecto deste trabalho: *crise da Economia Política e importância da teoria do valor para a sua superação*. Faremos, pois, referência às dificuldades de reconstrução científica da mais antiga ciência social e lançaremos os prolegómenos de uma meditação sobre o papel da teoria do valor, entendida como núcleo duro do corte epistemológico conducente à construção científica daquela ciência, da sua reelaboração crítica, para a superação das actuais dificuldades.

O afirmado assume que existe uma crise científica na reprodução da Economia Política (Ciência Económica ou, tão-somente, Economia). Assumimo-lo não porque seja um lugar comum afirmá-lo, e é-o desde a «falência» da teoria keynesiana, mas porque existem situações claras que a configuram: dificuldades em encontrarem-se soluções para diversos problemas económicos que afectam a humanidade; hiato entre a construção científica e a prática dos agentes; forte conflitualidade interna; desperdício das energias de investigação em problemas menores (2); embaraço de as teorias dominantes abarcarem velhas e novas realidades.

Os sintomas de crise científica existem mas a sua leitura não deve ser simplista. Por um lado, não se podem considerar deficiências da ciência social o que constituem contradições objectivas da sociedade (não existirão soluções económicas para muitos problemas que, no entanto, não são resolvidos, devido às conflitualidades sociais?). Por outro, não se pode pretender aniquilar, à luz do que é suposto acontecer nas ciências da natureza, uma conflitualidade interna que é a expressão científica da consciência possível das classes e camadas sociais, de cientistas e meios académicos em que se inserem. Finalmente, não é

legítimo localizar a origem da presente crise na falência do keynesianismo (não foi este a conceptualização e ideologização de uma prática político-social prévia e inevitavelmente existente?) mas antes na hegemonização do ricardianismo, na marginalização do marxismo e na expansão do utilitarismo.

Esta interpretação é complexa, atravessada por importantes e atraentes polémicas, mas pensamos poder afirmar que a Economia Política instituída, oficializada no mundo capitalista, academizada, atravessa um conjunto de dificuldades, cuja cristalização se encontra na Economia Positiva — aplicação à Ciência Económica do positivismo lógico, afastamento da área normativa, isolamento das restantes ciências sociais — e na tentativa de resolução dos seus guetos teóricos com recurso ao pragmatismo. Encontra-se na Economia Matemática — subordinação do objecto teórico ao instrumental matemático, assumida como única metodologia científica. Crise que não encontra saída visível (será possível existir?) no contexto dos meios científicos e institucionais vigentes devido aos conflitos entre a construção científica e os poderes sociais instituídos, às condicionantes sociais objectivas, assim como à inércia das instituições universitárias e sua incapacidade de ruptura com a reprodução do saber instituído.

A questão que agora nos pode preocupar é a de pesquisar em que medida é que esta crise afecta leituras da realidade económica que têm sido marginalizadas na sociedade capitalista, em que medida se poderá falar, em sentido restrito, de crise da Economia Política marxista.

Antes de encontrarmos uma resposta possível a tão complexa questão é necessário reconhecer que entre a Economia Política académica — forma genérica para designar as correntes dominantes — e a Economia Política marxista existem diferenças de monta e a psicologia social parece demonstrar que a consciência possível das classes sociais a que esta corrente está associada é mais ampla, embora necessariamente incompleta. A utilização do materialismo histórico e do materialismo dialéctico, o recurso à história do pensamento económico como referencial de construção científica e as problemáticas que configuram os objectos teóricos são indicadores da diferença. A sua eventual superioridade pode ser testada por via filosófica e epistemológica. Testá-la com recurso a argumentos pragmáticos (capacidade de previsão), referencial teórico em situações de transformação e de «crise» pode ter algum interesse mas não faz esquecer as lacunas de previsão e análise também existentes na Economia Política marxista e os perigos epistemológicos dos argumentos deste teor.

O quadro de referência é diferente, assim como o significado qualitativo do termo, mas também se pode, e se deve, falar em crise da Economia Política marxista. Esta configura-se no enfraquecimento (conjuntural) dos movimentos políticos e sindicais marxistas no mundo capitalista — para o qual existem razões objectivas e subjectivas; no relativo distanciamento entre as leituras económicas feitas por esses movimentos e o conteúdo essencial de *O Capital* (3); na dificuldade de leitura de diversas realidades capitalistas; na insuficiência da Economia Política do socialismo; na diversidade de Economias Políticas marxistas.

Este último vector estabelece uma questão particularmente difícil: quando é que se pode dizer que uma determinada construção científica na área da Economia Política é marxista? (4) Quando está ao serviço da classe operária? Ou será das classes trabalhadoras? Quando utiliza como método o materialismo histórico e o materialismo dialéctico? Ou será que o

materialismo histórico poderá levar, por um lado, a englobar a Economia Política na História e, por outro, a facilitar atitudes historicistas revolucionistas (captar o presente a partir do futuro) ou reformistas (captar o presente e o futuro apenas a partir do passado)? Deixemos as questões e as ambiguidades — susceptíveis de respostas: há que encontrá-las — para apenas referir que estas vias de pesquisa da «ortodoxia» remetem sempre para o exterior da própria elaboração científica disciplinar.

Quando aí posicionados, onde localizar o núcleo duro da qualificação marxista?

A identidade entre *O Capital* e um texto em análise seria esquecer o tempo que mediou entre ambos, as potencialidades de

correção e desenvolvimento, a viabilidade de aplicação do instrumental científico a temas específicos, a possibilidade de apresentação dos problemas através de métodos diferentes (de exposição ou de investigação). Nestes termos a identidade não tem sentido. Tal não invalida que seja importante localizar o núcleo duro de *O Capital*, o mesmo é dizer do marxismo, independentemente do seu desenvolvimento posterior — o que, aliás, alerta para a importância, a insubstituibilidade, do conhecimento daquela obra. Respondamos que é na luta de classes (logo mais-valia), na compreensão dos mecanismos de funcionamento do capitalismo (logo salário, lucro, renda e juro) ou na descodificação das categorias essenciais nas formas assumidas pelos agentes económicos (da mais-valia como valor criado pelo trabalho ao lucro apropriado em resultado da acção do capitalista) e somos sempre conduzidos à importância decisiva da teoria do valor, do valor-trabalho. Esta resposta coincide com a localização da teoria do valor naquela obra — que adopta o método de exposição —, exprime a impossibilidade de explicar a mais-valia sem esse referencial. É dentro desta óptica que apresentaremos a teoria do valor, o que não deixa de colocar problemas quanto à adjectivação de diversas leituras — comumente designadas de marxistas — do capitalismo monopolista, e não só.

Uma última nota sobre a crise da Economia Política marxista: esta também se constrói na crítica à Economia Política não marxista e o enfraquecimento desta reduz as possibilidades de retenção de contributos importantes.

Colocamos a teoria do valor (sem, para já, explicitarmos os seus diversos conteúdos) no cerne da Economia Política (independentemente do seu posicionamento). Falar em teoria do valor é discernir os fundamentos do económico, corte específico do social, realidade complexa de articulação da produção distribuição, circulação e consumo. O económico «é, ao mesmo tempo, pelos mecanismos desta produção, desta repartição e deste consumo, um aspecto particular de todas as actividades não económicas» (06,35).

Há quem admita que existem dificuldades na construção teórica da Economia Política, que existe uma conflitualidade que impeça a obtenção de certezas e de linhas de acção, mas que procurem resolver esses obstáculos «fazendo economia» à margem de uma conceptualização especificamente científica e disciplinar. Contudo, o desprezo ou a fuga à teoria do valor em nome do pragmatismo é, ela própria, uma manifestação da crise.

As respostas dadas até hoje, implícita ou explicitamente, à procura dos referidos fundamentos ou privilegiam o homem-como-ser-social ou o indivíduo-ser-isolado. Neste caso desembocamos predominantemente na teoria do valor-utilidade e naquele na teoria do valor-trabalho. (5)

Considerar predominantemente o homem-como-ser-social (uma expressão localizada da dinâmica diacrónica, especialmente, e sincrónica da sociedade, realidade objectiva), ou o indivíduo-ser-isolado (gozando de uma liberdade de acção apenas condicionada pela

vontade própria e pelo inter-relacionamento com os outros indivíduos, ponto de partida para o agregado que designamos por sociedade) não exclui, ou não deve excluir, a consideração da outra componente: a sociedade não elimina o indivíduo e este interage na sociedade. Contudo a história do pensamento económico mostra a pouca consideração por esta interacção, pela consideração dialéctica das duas componentes, embora no fundador da Economia Política ela esteja presente.

Na obra de Adam Smith esta preocupação de articulação do individual e do colectivo existe, assumindo maior peso um ou outro conforme o objecto específico em análise. É na mesma linha que se situa Marx.

Quando este autor afirma, logo no prefácio à primeira edição alemã da sua obra *capital*, que

«Não se trata aqui do grande desenvolvimento mais ou menos completo dos antagonismos sociais, que resultam das leis naturais da produção capitalistas. Trata-se sim destas leis *em si mesmas*, de tendências que se manifestam e realizam com uma necessidade de ferro» (11,I,11).

parece estarmos a caminho de um aniquilamento da consideração do indivíduo, mas tal visão é ilusória. É-o porque as «leis naturais» são históricas e construídas pelos homens; porque a teoria do valor-trabalho considera, simultaneamente e em conflito de iguais, o valor e o valor de uso. Nagels tem razão quando afirma que a Economia Política marxista é dualista, isto é, «que toda a análise de Marx continua a ser conduzida a partir destes dois pólos contraditórios» (12,17).

Com Marx estava aberto o caminho para a partir do homem-social se integrar o homem-indivíduo, embora houvesse que aprofundar e actualizar algumas vertentes objectivas (por exemplo, as determinantes da taxa de juro além do seu tecto, encontram-se explicadas exclusivamente pelos mecanismos de mercado) e subjectivas (por exemplo, conhecer os objectivos empresariais numa sociedade com uma importância crescente de sociedades anónimas) do problema.

Com Marx estavam lançados todos os fundamentos para a explicitação das leis objectivas (sociais) do funcionamento do económico. Havia que desenvolver a componente subjectiva, teorizar o comportamento individual, de forma a integrá-lo no corpo científico em elaboração. Seria essa a «missão histórica» dos economistas seguintes — para além de aprofundarem e desenvolverem a componente objectiva. Contudo, componentes ideológicas e um conjunto de concepções filosóficas dominantes fizeram com que as escolas utilitaristas (escola austríaca, de Lausanne de Cambridge, nomeadamente), em vez de serem uma reconstrução científica, que exigia a referida articulação, fossem uma contra-revolução: fundamentam o económico na «natureza humana». «Os marginalistas mudam de enfoque e restringem o campo de estudo da economia. Passam a estudar as relações entre as pessoas e a produção material e, portanto, entre pessoas e coisas e não mais entre pessoas e pessoas através de coisas» (01,45). Por outro lado, e numa trajectória com dinâmicas próprias, os desenvolvimentos posteriores da Economia Política marxista tenderam a esquecer, ou a atenuar, o dualismo anteriormente referido: apesar de o valor de troca ser o resultado da contradição entre o valor e o valor de uso a componente quantitativa tendeu a fazer esquecer a segunda variável, de tal forma que, seguindo certas imprecisões de Marx, tenderam a identificar valor e valor de troca (6).

A contra-revolução utilitarista não só rompeu com uma profícua tendência de evolução como criou um conjunto de obstáculos teóricos, ideológicos e institucionais à retoma da articulação entre o social e o individual: as teorizações do comportamento social e do comportamento individual arrumam-se em escolas próprias, as primeiras assumem-se como macroeconómicas e as segundas como microeconómicas, as diferentes posições científicas cristalizam nas contradições sociais entre as classes «representadas» pelas diversas teorias, muitas polémicas são deslocadas das questões nevrálgicas, o conflito substitui o diálogo.

As tentativas recentes de fundamentação microeconómica da macroeconomia são louváveis mas desajustadas. Louváveis porque tentam uma síntese há muito necessária e desajustadas porque continuam a privilegiar o indivíduo e partem de um conjunto de pressupostos já anteriormente criticáveis nas construções designadas de microeconómicas. Mais do que lançar uma nova problemática justapõe, com algum esforço de articulação, caminhos e percursos diversos.

Como dizíamos num artigo recente, «sem assumir a posição leibniziana de que as teorias do valor-trabalho e do valor-utilidade são simples pontos de vista diferentes do mesmo objecto — os seus objectivos teóricos são diferentes — é inegável ambas possuírem, com intensidades muito desiguais, elementos teóricos válidos. Por isso (e porque a teoria do valor-trabalho parte de um conjunto de hipóteses cientificamente mais fundamentadas e possui o dualismo a que fizemos referência) defendemos a reelaboração da teoria do valor-trabalho, de forma a englobar num todo coerente e realista as determinantes objectivas e subjectivas, as leis histórico-sociais e o livre-arbítrio individual».

Tal tarefa só poderá ser iniciada coerentemente pelos defensores da teoria do valor-trabalho porque é nesta que já se encontram os elementos primários de articulação do social (valor/valor de uso) e do individual (valor de uso/valor) e porque o método exige a adopção de uma lógica dialéctica.

É um longo trabalho que exige articulação com cientistas defensores de outras posições. A multidisciplinaridade (nomeadamente com a História, a Sociologia, a Psicologia e a Psicologia Social) é uma exigência. Será um percurso histórico complexo, multifacetado, em que os iniciadores do processo poderão não fornecer um paradigma dominante, de conteúdo teórico ainda nebuloso. É um trajecto difícil mas imperioso.

O que nos propomos agora analisar é quais têm sido os percursos da Economia Política marxista que têm impedido a reconstrução da teoria do valor-trabalho na óptica referida e lançar algumas ténues e ingénuas pistas sobre as vias teóricas a prolongar.

Há que reconhecer, em primeiro lugar, que têm existido alguns equívocos sobre a teoria do valor no contexto da Economia Política marxista. Limitemo-nos a referir alguns a título exemplificativo.

O primeiro grande equívoco é sobre o significado teórico-epistemológico da teoria do valor. Rarissimamente encontramos uma prévia interrogação sobre a importância e o significado daquela no conjunto do edifício teórico.

As categorias que a constituem são o produto de um enorme esforço de abstracção, a partir da observação da realidade económica capitalista, a aplicação do materialismo dialéctico na captação da realidade metafenomenológica. O facto de elas surgirem no início da obra capital de Marx mais não resulta que dessa essencialidade e da adopção do método de

exposição. Contudo ela é aceite e apresentada por autores marxistas quase como «hipóteses» de partida, como «realidades» aplicáveis com o mesmo conteúdo, forma, intensidade em todas as formações sociais englobáveis na «produção mercantil simples». Olvidar que o valor é uma categoria económico-social com um conteúdo inevitavelmente mutável, diacrónica e sincronicamente; apresentar a teoria do valor com os estritos contornos lançados por Marx (o que além do mais é admitir erradamente que o edifício teórico estava completo); considerar que a história é alheia a tais elaborações; desenvolver uma teoria do capitalismo (ou de outra formação social) sem qualquer referência ao valor ou ser incapaz de o fazer porque ficou muito preso ao formal daquela; decompor a economia em esotérica e exotérica com dinâmicas autónomas apenas ligadas por um diminuto cordão umbilical; restringir o conteúdo e objectivo da teoria do valor à determinação dos preços (quando estes são um coproduto da determinação do lucro) são alguns dos caminhos errados assumidos por aqueles que não reflectem sobre o percurso teórico que trilham.

O segundo grande equívoco é a aceitação estrita de que a Economia Política marxista é uma macroeconomia. Se o dissermos porque «o objecto da economia política marxista é a economia no seu conjunto» (12,15) não existem grandes objecções, desde que tenhamos presente que o conjunto engloba o geral e o particular, os elementos e o seu inter-relacionamento. Analisar o comportamento empresarial na organização dos seus recursos produtivos, especificar os comportamentos dos capitalistas financeiros em período de crise, compreender os mecanismos de concorrência entre os diversos trabalhadores, esmiuçar as «antecipações inflacionistas» — exemplos de temas localizados — é tão inserível numa Economia Política marxista quanto a explicação da origem do lucro ou o conteúdo da acumulação primitiva. E porque o é, e porque as «evidências» empíricas não são compatíveis com o materialismo dialéctico e com as regras da construção científica, labora-se em grosso equívoco quando se assume o comportamento de determinados agentes/classes sociais como expressões da natureza humana — «a aspiração natural dos capitalistas para obter lucros iguais para capitais de igual natureza» (07,117) — ou como expressões pontuais de uma teatralização do social em que os actores têm os seus comportamentos previamente estabelecidos.

As falsas polémicas são uma consequência dos aspectos anteriormente referidos e do insuficiente aperfeiçoamento de algumas componentes teóricas. Talvez as mais conhecidas sejam as que se situam em torno do valor criado pelo trabalho qualificado e a propósito da transformação dos valores em preços de produção.

Têm argumentado alguns autores, na sequência de Bohm-Bawerk, que admitir, como o faz Marx, que o trabalho complexo cria por unidade de tempo um valor de maior grandeza que o trabalho simples é um ardil para compatibilizar a teoria com a experiência. Acrescentam outros que, dessa forma, o valor criado pelo trabalho vivo tem um conteúdo de «transferência», assemelhando-se ao trabalho morto, outros, ainda, que o valor depende da qualidade da força de trabalho ao mesmo tempo que esta depende do seu valor.

Como têm respondido, generalizadamente, os marxistas? Ou reproduzem o que disse Marx, esboçando pequenos ajustamentos teóricos, ou procuram formulações matemáticas, frequentemente encobridoras do conteúdo qualitativo das variáveis, ou, ainda, ignorando.

Pensamos que é um caminho incorrecto: muitas dessas críticas são válidas, a formulação de Marx reflecte as suas velhas confusões entre força de trabalho e trabalho e a recusa da for-

mulação de Marx não põe em causa o conjunto da teoria:

— a problemática do trabalho simples e complexo ao nível da quantidade de valor criado é um falso problema.

Precisemos o conteúdo deste último ponto, que é o resultado de a obra de Marx ainda apresentar alguns resquícios (reduzidos e sem consequências minimamente significativas para a teoria do valor e a explicação do capitalismo) do período anterior à sua genial descoberta da diferença entre as categorias trabalho e força de trabalho; de sobre eles alguns dos seus críticos colocarem as «cargas de dinamite» da luta teórica e, ainda, de uma certa dificuldade do pensamento marxista em agarrar o essencial de *O Capital* para elaborar novos desenvolvimentos que a dinâmica da sociedade e da ciência económica exigem.

A demonstração de que é um falso problema pode ser referida em três pontos:

i) Como recordávamos num outro trabalho, se considerarmos a força de trabalho dos diversos trabalhadores, temos um vasto xadrez de matrizes em que os aspectos qualitativos sobressaem. Teríamos, assim, uma força de trabalho simples e uma força de trabalho complexa (mais precisamente forças de trabalho com diversos graus de complexidade), englobando-se na primeira a que não exigiu qualquer preparação especial, a que é possuída por todo e qualquer trabalhador. A força de trabalho que exigiu uma determinada preparação além do socialmente mínimo (historicamente mutável) é designada de complexa. Assim, qualitativamente podemos distinguir *forças de trabalho simples* e *forças de trabalho complexas*, a que correspondem quantidades de trabalho incorporadas na sua produção e, portanto, *quantidades de valor da força de trabalho* diferentes.

ii) A uma força de *trabalho simples* corresponderia realização de um trabalho simples, assim como o consumo de uma força de trabalho complexa daria a um *trabalho complexo*. O trabalho simples e os diversos trabalhos complexos distinguem-se pelas suas diferentes experiências, adequações a determinados objectos e instrumentos de trabalho, capacidade de conceber e realizar o acto a que vão proceder. Assim, falar em trabalho simples e complexo é falar de *diferentes trabalhos concretos*, sendo, portanto, irrelevante para o valor e a quantidade de valor. Sem dúvida que o facto de o trabalho ser simples ou complexo tem implicações sobre a quantidade de trabalho cristalizado nas mercadorias produzidas mas tal não é a expressão do grau de complexidade mas de este estar ligado a diferentes funções, a diferentes meios de produção, etc.

iii) Se as categorias de força de trabalho simples e complexa são relevantes para a quantificação do valor da força de trabalho e, portanto, para uma teoria do salário, as de trabalho simples e complexo são derivadas e irrelevantes para a quantidade de valor das mercadorias produzidas pelo consumo das referidas forças de trabalho. Este é um corolário da lei do valor e da independência entre o valor da força de trabalho e o valor das mercadorias produzidas (14,119) (7).

A propósito da transformação diversos autores, também na sequência de Bohm-Bawerk, têm considerado que existe uma ruptura entre os Livros 1 e 3 do texto central de Marx: «Iniciada praticamente desde a saída do Livro I de *O Capital*, ainda como expressão do debate no seio da teoria clássica em torno da aparente contradição entre a teoria do valor-trabalho e a existência de uma taxa de lucro homogénea, a polémica sobre a passagem dos

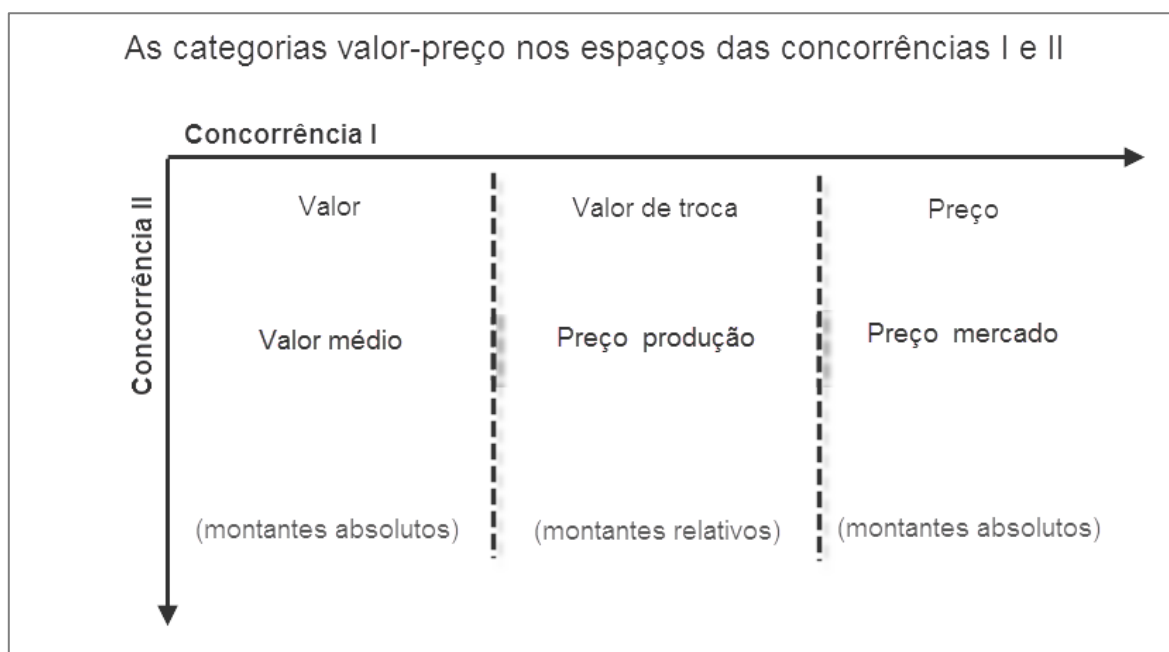
valores aos preços de produção não mais deixou de desenvolver-se, vindo, inclusive, a proporcionar o aparecimento de novas correntes teóricas, como é o caso da teoria sraffiana, também chamada de neo-ricardiana, como forma de integrá-la num contexto mais vasto de desenvolvimento da própria teoria de Ricardo. Com efeito, apontam-se os trabalhos de Wilhem Lexis, V. K. Dimitriev, Tugan-Baranowski e Bortkiewicz como os grandes precursores do retorno a Ricardo a partir da crítica e 'correção' da solução dada por Marx à contradição mencionada» (05,1).

O recurso às formulações matemáticas e/ou à fuga à realidade (manifestada nas compatibilizações através da consideração da moeda como uma unidade de medida matematicamente composta sem qualquer aderência à realidade histórica) são alguns dos caminhos a que se junta a não reanálise do problema. Pensamos que a via correcta é outra. A reanálise do problema passa pela distinção da concorrência entre produtores do mesmo valor de uso (concorrência I, inerente ao conceito de valor) em relação à concorrência entre sectores (concorrência II, exterior ao conceito de valor), pela identificação do essencial desta com reprodução das barreiras de entrada — geradora de efeitos perversos. Passa pelo reconhecimento de que o valor novo criado é igual à soma dos preços de produção do produto líquido e, sobretudo, pelo entendimento de reconhecimento que o preço de produção não é um preço no sentido corrente, mas um momento na passagem do abstracto ao concreto (8), momento do cruzamento entre os dois tipos de concorrência a que fizemos alusão:

O *sector* é o conjunto de capitais que produzem o mesmo valor de uso. Existe uma passagem, ou tentativa de passagem, dos capitais de uns sectores para os outros resultante da diferença entre as taxas de lucro sectoriais. Chamemos a este movimento *concorrência II*, produzido no espaço do capital, complementar e exterior à lei do valor. É um movimento potencial, condicionado pelas barreiras de entrada, que, frequentemente, também o são de saída. É um *movimento potencial* cuja concretização, ou impedimento, tem os mesmos impactos sobre a referida taxa de lucro sectorial: a reprodução das barreiras de entrada gera consequências similares à sua anulação quanto à evolução da taxa de lucro. A *taxa média de lucro* é um valor referencial que exprime a plenitude da concorrência II, assumindo novas formas com a generalização dos monopólios. Os *preços de produção* não são um preço, mas uma forma metamorfoseada do valor mais próxima do concreto e a correspondência entre valores e preços de produção é dada por duas relações de igualdade que exprimem a interdependência de todas as esferas do económico e o domínio da produção:

- 1) A soma dos lucros é igual à soma das mais-valias;
- 2) A soma dos preços de produção do produto líquido é igual ao valor novo criado.

A relação entre valor e preço de mercado é dada pelo seguinte quadro:



O preço corrente, o preço como é normalmente entendido, é uma expressão do preço de mercado influenciado por um conjunto de factores «aleatórios» do económico e do político-social. (13) (9)

A prática da crítica e da retenção por parte da Economia Política marxista dos contributos positivos da teoria do valor-utilidade passa pela clara localização dos terrenos de cada uma das teorias do valor: «parece-nos que os marginalistas acreditaram edificar uma teoria do valor mas desenvolveram, de facto, elementos de uma teoria dos preços. Diante deles os marxistas responderam com uma teoria do valor enquanto acreditavam, além disso, desenvolverem uma teoria dos preços» (06,282).

Passa pelo desenvolvimento da teoria do valor-trabalho e pela localização dos pontos de encontro possíveis.

O progresso da teoria do valor-trabalho passa por muito do trabalho realizado pelos marxistas em torno destas temáticas e que consideramos desnecessário relembrar, passa pela hierarquização, histórica, entre trabalho social e trabalho individual; pela recaracterização do valor de uso, categoria exclusivamente existente nas mercadorias; pela distinção entre valor e valor de troca; pela concatenação da contradição entre valor de uso e valor com a localização da mercadoria na articulação produção/troca; pela precisão da quantidade de valor e especificação do espaço económico-geográfico de determinação das condições médias; pela reconsideração global e contraditória das funções da moeda aplicada ao conjunto dos tipos de moeda no processo de reprodução do equivalente geral; pelo relacionamento entre concorrência (e decomposição dos seus diversos tipos) e valor; pela distinção entre mais-valia (categoria da produção/troca) e as suas expressões mais concretas (categorias da produção/distribuição); pela distinção integral entre trabalho e força de trabalho.

Tudo isto recordando sempre que as categorias económicas exprimem relações sociais que assumem determinada forma num determinado espaço e tempo (forma-relação) e se materializam num intermediário da relação (forma-coisa).

Quando fazemos uma análise comparada entre a teoria do valor-trabalho e a teoria do

valor-utilidade não deixamos de encontrar um conjunto de pontos comuns: a primeira considera o valor de uso como inerente à mercadoria e a segunda atende à utilidade como característica dos bens; a primeira considera que um bem ou serviço só é mercadoria se for transaccionável e a segunda que um bem só é económico se a procura é maior que a oferta; ambas interligam, embora de forma diferente, produção, troca, distribuição e consumo e na análise destas esferas do económico existe um conjunto de conceitos utilizáveis por ambas as teorias.

As grandes diferenças situam-se nos pressupostos epistemológicos e no método, na localização histórica do modelo, na hierarquização das categorias e no grau de «sociabilidade» das categorias.

Quanto a este último aspecto a conflitualidade resolve-se pela «socialização» dos conceitos, como exemplifica Godelier referindo-se, eventualmente, à curva de possibilidade de produção: «o óptimo económico não é um emprego maximal possível dos factores de produção, mas o emprego ajustado ao funcionamento da estrutura da sociedade» (06,127).

No que se refere à localização histórica do modelo o conflito é, simultaneamente, violento e inexistente. É um conflito violento porque para a escola austríaca (grande iniciadora do movimento utilitarista/marginalista, e que agora tomamos como referência) a economia descrita é a de escassez das trocas, do autoconsumo, a do domínio da troca directa. É, por exemplo, nesse contexto que se percebe que o valor (importância que um bem tem para um indivíduo e que é medido pela importância assumida pela última unidade possuída) dos bens de ordem superior seja estabelecido pelo valor esperado dos bens de ordem inferior. Simultaneamente a sociedade que Marx e os seus continuadores nos países capitalistas estudaram foi a economia capitalista, onde as realidades são bem distintas. É um conflito inexistente porque a Economia Política marxista reconhece que o valor é um centro de gravidade de referência, cujos desvios também podem resultar do posicionamento dos indivíduos em relação ao valor de uso, e que esse centro tem tanto menos relevância quanto mais recuamos para a forma-valor accidental.

A interligação entre as duas teorias do valor tem de se processar sob o comando da mais consentânea com a história da sociedade e do capitalismo e, por isso mesmo, mais geral. A teoria do valor-trabalho encaixa-se no conceito do valor de uso, no conflito desta com o valor, no primado lógico da concorrência entre produtores do mesmo valor de uso na especificação do espaço de quantificação do valor.

Por este enxerto a hierarquia conceptual da teoria do valor-utilidade desagrega-se e a da teoria do valor-trabalho reconstrói-se. Será nesse processo de reconstrução que os conflitos epistemológicos e metodológicos mais se manifestarão e surgirão os mais agudos problemas. Referindo-se à Física, Destouches «demonstra que, por intermédio da modificação de um postulado, é sempre possível tornar coerentes duas teorias que se revelam racionalmente válidas e que, no entanto, se opunham uma à outra» (02,132). Tal tem muito de verídico para as teorias do valor em confronto, embora nunca possa ser eliminada a conflitualidade interna gerada pelas contradições da sociedade. Esta conflitualidade gerada por múltiplos factores sociais e, também, internos à construção científica persistirá — tem raízes sociais que se mantêm — mas assumirá outras formas (chamemos-lhe epistemologicamente superiores) e concentrar-se-á em certas categorias (ex. excedente) gerando áreas mais amplas de consenso.

Notas

(1) Este artigo beneficiou das críticas e sugestões de António Almodôvar, António Mendonça, Hélder Silva.

(2) Poder-se-ia colocar a questão: quem classifica os problemas como maiores ou menores? Quando um cientista estuda, por exemplo, a inclinação da curva de Phillips não o faz porque considera esse problema fundamental, tão importante quanto a estratégia de resolução do subdesenvolvimento estudada por outro? Não foi a partir de algumas questões na época consideradas menores que se deram algumas mudanças científicas significativas? A resposta não é para ser aplicada a qualquer ciência mas a um objecto específico da Economia Política. A importância do problema não se situa na apreciação subjectiva do cientista mas na interligação, directa ou mediatizada, do objecto teórico com a importância social do objecto real, medida pela vivência quotidiana dos cidadãos.

(3) Esta referência alerta para a importância da redescoberta de Marx, pois muitos dos seus desenvolvimentos ou divulgações são simples caricaturas da sua obra.

(4) Esta pergunta encerra um pressuposto: existe uma Economia Política com natureza científica que dá lugar a um conjunto de modelos ou académicos ou marxistas.

Fundamentar esta posição passa por uma noção de ciência, para a qual o contributo filosófico não é neutro, para além da multiplicidade de sentidos: «a ciência é ao mesmo tempo uma forma de mentalidade ou atitude, uma actividade intelectual, um conjunto de resultados, uma linguagem, uma actividade social (17).

Seve afirma que a ciência moderna é a «investigação e conhecimento independentes das leis dos fenómenos, fundada sobre a experiência e o raciocínio» (15,708). Silva (16) caracteriza a ciência como a actividade de produção de conhecimentos acerca da realidade, que se caracteriza principalmente pela definição de problemas, segundo as perspectivas de análise próprias de cada disciplina científica, e pelo processo de resolução desses problemas através da construção de proposições teóricas passíveis de demonstração lógica e/ou validação empírica. Castro considera três elementos indispensáveis à existência de uma ciência: «1) Um corpo teórico, conjunto de ideias e de teorias que obedeçam às exigências do conhecimento científico; 2) Tal conjunto de conhecimentos teóricos deve fornecer uma quantidade mínima de certezas elementares; 3) Estes últimos elementos devem permitir, por seu turno, explicar os fenómenos que consideram, prevendo as tendências gerais do seu movimento» (03,150).

Tomemos estes elementos de caracterização e verificamos que em ambos os modelos (académico e marxista) existe uma produção de conhecimentos, que nunca é uma simples transposição da consciência possível de grupos específicos; que a realidade é uma referência, mais ou menos distante; que há a assunção de uma determinada metodologia; que há a formulação e resolução dos problemas e a sua confrontação simultânea com o conjunto do corpo teórico e com a realidade.

«Diferem pela realidade considerada, pela metodologia adoptada, pelas formas de demonstração lógica ou validação empírica. São divergências no interior da ciência.

(5) Ainda existe uma terceira hipótese que resultaria da aplicação a este tema do que Gurvitch chama a tipologia qualitativa e descontinuista: «que se liga, necessariamente, por um lado, à aplicação de uma visão de conjunto, recusando-se a sacrificar tanto a unidade como a multiplicidade, por outro lado, ao recurso à dialéctica empirista, a única que se mostra capaz de frustrar a tentação de mumificar os tipos e estabilizar a visão de conjunto e

fazer ressaltar toda a complexidade do método sociológico» (08,43).

Vamos admitir, como hipótese simplificadora, que no âmbito do problema em análise, o comportamento dos grupos se moldaria predominantemente pelo individual ou pelo social. A este propósito poderá ser conveniente uma releitura de Keynes.

(6) Uma mercadoria é valor porque é o resultado do trabalho humano e é valor de uso porque possui um conjunto de características susceptíveis de, na relação com outrem, satisfazer necessidades. Da diversidade de características das duas componentes indissolúveis da mercadoria e do facto de os pólos da relação social mercadoria (quem oferece a quem procura) agirem diferentemente sobre cada uma delas resulta a troca. Esta é influenciada pelo valor e pelo valor de uso, assumindo cada uma delas uma certa importância relativa conforme a época histórica, as circunstâncias do movimento, etc. O valor de troca é a expressão quantitativa desse conflito mas em que só é quantificável o valor (tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução), o qual actua como «centro gravitacional». A relação quantitativa entre quantidade de valor do bem A, quantidade de valor do bem B (ou quantidade de valor da moeda) e valor de troca do bem A expresso em B (no caso de B ser moeda, o valor de troca é o preço, *latus sensus*) fez com que muitas análises esquecessem o valor de uso e acabassem por identificar valor com quantidade de valor e este com valor de troca.

(7) Numa lógica marxista de articulação de conceitos esta posição parece irrecusável. No entanto surge, de imediato, uma questão de confrontação da conclusão com a «realidade», com a realidade construída por nós, na medida em que conceitos abstractos não são traduzíveis directamente em conceitos operacionais: tal posição leva a admitir que um trabalho complexo dá lugar a uma menor mais-valia e isto não é um absurdo?

Colocar essa questão pode ser legítimo, mas a resposta exige uma mediatização de categorias similar à de muitos outros confrontos da teoria com a realidade, como a colocada pelos capitalistas: como é possível que seja o trabalho a criar riqueza quando são as empresas com mais máquinas e menor trabalho as que têm maiores lucros? (Questão, diga-se, ingénua e de fácil resposta através da análise do conceito de valor e distribuição da quantidade de valor).

No caso concreto é importante não esquecer que o trabalho complexo está associado a instrumentos de trabalho diferentes, a intensidades de trabalho (como medir as condições médias) específicas à execução de trabalhos que permitem aumentos globais de mais-valia (ex: racionalização do trabalho) e da sua apropriação.

(8) Momento lógico ou histórico? Lógico porque é histórico e histórico porque localizado no tempo. O valor de troca, e o preço, reflecte a contradição entre valor e valor de uso, e cada um dos seus termos. O predomínio de uma ou outra categoria, como dissemos na nota (6) tem que ver com a frequência das trocas, a informação disponível, a dimensão dos mercados, etc. O valor é sempre um centro gravitacional, mas a sua força centrífuga supera a centrípeta ao caminhar-se para o capitalismo e ao desenvolver-se este. Por outro lado só é possível falar em movimento de capital em capitalismo. O preço de produção é específico do capitalismo porque é o resultado de um processo histórico de hegemonia do valor sobre o valor de uso e de concorrência entre sectores.

(9) Expliquemos um pouco este esquema. A quantificação do valor faz-se num determinado espaço económico-geográfico. Esse espaço não é dado à partida e depende da interpenetração entre ofertantes, isto é, o espaço de determinação da quantidade de valor (condições médias, recorde-se) é estabelecido pela existência de concorrência entre os

diversos produtores do mesmo valor de uso. Estamos no âmbito da categoria valor e na concorrência que designamos de I. Assim, considerando apenas este tipo de concorrência, no âmbito da teoria do valor, apenas temos três categorias quantificáveis: valor (versus valor de uso), valor de troca e preço. O segundo é uma categoria que se exprime em relação a outro valor de uso que não é o equivalente geral. Até aqui estamos, como dissemos, no espaço do valor, lidando com conceitos aplicáveis a todas as fases históricas designáveis por produção mercantil.

Em capitalismo há também que considerar o espaço do capital e o agrupamento dos capitais individuais em sectores. Há, desde então, que considerar um novo tipo de concorrência que nós designamos de concorrência II, concorrência de capitais, potencial, gerando impactos similares na tentativa da sua redução. As mercadorias produzidas num mesmo sector podem ter diversos espaços de determinação da quantidade de valor, logo várias quantidades de valor e ao nível do sector apenas faz sentido falar em valor médio. A concorrência entre diversos capitais em diferentes sectores faz com que a força centrípeta do centro gravitacional quantidade de valor seja gerado pelas práticas sociais ligadas tanto à concorrência I como à concorrência II, gerando o preço de produção, montante relativo porque está ligado à rentabilidade relativa de cada sector. O preço de mercado é a categoria mais próxima do real, expressão monetária do preço de produção.

Bibliografia citada

- (1) Araújo, Carlos, *História do Pensamento Económico — Uma Abordagem Introdutória*, 1986, São Paulo, Ed. Atlas.
- (2) Bachelard, Gaston, *A Filosofia do não — Filosofia do Novo Espírito Científico*, 3ª ed. portuguesa, 1984, Lisboa, Editorial Presença, p. 136.
- (3) Castro, Armando, *Teoria do Conhecimento Científico*, 4º vol., s/d, Porto, Limiar, p. 370.
- (4) Chatelet, François, *História da Filosofia Ocidental*, 1987, Lisboa, Círculo de Leitores, 4 vol.
- (5) Dostaler, Giles, *Valeur et Prix — Histoire d'un débat*, 1978, Montreal, F. Maspero / Presse de l'Université de Quebec.
- (6) Godelier, Maurice, *Racionalidade e Irracionalidade Económica*, tradução de M. R. Sardinha, s/d, Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, p. 397.
- (7) Gonzalez, Humberto Peres, *Economia Política do Capitalismo — Breve Exposição da Doutrina Económica de Marx*, 1977, Lisboa, Seara Nova, 2 vol.
- (8) Gurvitch, Georges, AAVV, *Tratado de Sociologia*, 1964, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol. I, p. 721.
- (9) Katouzian, Homa, *Ideologia y Metodo en Economia*, tradução de José L. Z. Ferrer, 1982, Madrid, H. Blume, p. 270.
- (10) Mendonça, António, *Modelos de Transformação dos Valores em Preços de Produção: Alguns Desenvolvimentos Teóricos Recentes*, 1987, Lisboa, ISE.
- (11) Marx, Karl, *O Capital*, 1974, Coimbra, Centelha.
- (12) Nagels, *Travail Collectif et Travail Productif dans l'évolution de la pensée marxiste*, 1974, Bruxelas, Ed. Université de Bruxelles, p. 319.
- (13) Pimenta, Carlos, «Considerações Incompletas sobre a Inflação (em Portugal)», texto policopiado para *I Encontro de Economistas Luso-Brasileiros*, 1988, p. 40.

(14) Pimenta, Carlos, «Percursos Teóricos a Propósito da Inflação», *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, 11/1988, pp. 113/128.

(15) Seve, Lucien, *Une Introduction à la Philosophie Marxiste*, 2ª ed., 1980, Oaris, Ed. Sociales, p. 730.

(16) Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira, *Metodologia das Ciências Sociais*, 1988, Porto, Ed. Afrontamento.

(17) AAVV, *Focus, Enciclopédia Internacional*, 1985, Lisboa, Livraria Sá da Costa.